



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Desembargador José Ernesto Manzi  
Presidente

Desembargador Wanderley Godoy Junior  
Vice-Presidente

Desembargador Nivaldo Stankiewicz  
Corregedor Regional

Rua Esteves Júnior, 395  
Centro  
Florianópolis/SC  
CEP: 88015905

Telefone(s) : (48) 3216-4000

magistrados, membros do Ministério Público, advogados inscritos para sustentação e servidores, durante a sessão telepresencial, mantida a exigência de traje compatível com a formalidade do ato." e a RESOLUÇÃO CSJT Nº 285, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021. Art. 1º Fica instituída a plataforma Zoom como plataforma oficial de videoconferência para a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.")

**Processo Nº ROT-0001102-20.2016.5.12.0040**

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	MIRNA ULIANO BERTOLDI
Revisor	MIRNA ULIANO BERTOLDI
RECORRENTE	FABIANO MESCHKE
ADVOGADO	GERALDO GAMA SALLES NETO(OAB: 24921/SC)
RECORRIDO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO	CARLOS MENDES DA SILVEIRA CUNHA(OAB: 36292-B/SC)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- FABIANO MESCHKE

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados na sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova publicação.

**6ª Câmara**

**Pauta**

**Pauta de Julgamento**

Pauta da Ordinária Telepresencial de Julgamento do(a) 6ª Câmara do dia 22/03/2022 às 14:00. (PORTARIA CONJUNTA SEAP/GVP/SECOR Nº 98, DE 22 DE ABRIL DE 2020, (atualizada pela Portaria Conjunta SEAP/GVP/SECOR Nº 99, DE 24 DE ABRIL DE 2020), será observado os arts. 26 e 27, que assim dispõem: "As sessões presenciais do Pleno e dos órgãos colegiados do Tribunal permanecem suspensas por prazo indeterminado, e continuam sendo realizadas de forma virtual ou telepresencial, utilizando-se as ferramentas eletrônicas disponíveis. As sessões de julgamento telepresenciais têm valor jurídico equivalente ao das sessões presenciais, asseguradas a publicidade dos atos praticados e as prerrogativas dos Advogados, partes e membros do Ministério Público. 1 A participação dos advogados e do membro do Ministério Público nas sessões será feita com a utilização de meios eletrônicos. 2 A pauta de julgamento será publicada no órgão oficial de divulgação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da realização da sessão, devendo informar, além dos dados de cada processo, o caráter telepresencial do ato, além de sua data e horário de início. 3 Os pedidos de sustentação oral ou de preferência deverão ser formalizados em até 24h antes do início da sessão através de e.mail para a secretaria de apoio do órgão colegiado julgador. 4 Para que a retomada dos julgamentos com sustentação oral se dê de forma gradual, poderá o presidente do órgão colegiado limitar o número de processos a serem julgados na sessão com requerimento de sustentação oral, podendo adiar o julgamento do restante para a sessão posterior (ordinária ou extraordinária); Fica dispensado o uso de vestes talares por